

Os movimentos socioterritoriais: entre as classes e os movimentos populares¹

David Vásquez Cardona
Universidad Nacional de Córdoba
e-mail: dvsaudadeazuk@gmail.com

José Sobreiro Filho
Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT/UNESP)
e-mail: sobreirounesp@gmail.com

Resumo

Realizamos uma reflexão sobre os movimentos socioterritoriais com a finalidade de resgatar e destacar a importância da leitura sobre as classes sociais, os movimentos populares e o território, tanto para compreendê-los com maior profundidade quanto para discutir e propor ações estratégicas emancipatórias na atualidade. Mediante a dinâmica de conflitos engendrados pelos imperativos da sociedade do capital, consideramos a leitura gramsciana sobre a categorização das classes subalternas um ponto de partida imprescindível para realizar a análise sobre os movimentos populares, em sua luta pela hegemonia do Estado na atualidade. Somada às concepções dos movimentos populares, apresentamos uma abordagem socioterritorial, a partir do conceito de território da geografia para enriquecer a leitura sobre o potencial das ações emancipatórias dos movimentos diante da voraz disputa territorial gerada pela lógica capitalista e potencializada pela globalização.

Palavras-chave: Movimentos socioterritoriais; classes; movimentos populares; território; disputa territorial.

The socioterritorial movements: between classes and popular movements

Abstract

We conducted a reflection on the socio-territorial movements with the purpose of rescue and emphasize the importance of reading about the social classes, the popular movements and the territory, both in order to understand them in greater depth as to discuss and propose actions and strategies in the emancipatory struggles taking place currently. Through the dynamics of conflicts engendered by the imperatives of the society of capital, we believe the reading gramscian on categorization of the subaltern classes an indispensable starting point to perform the analysis on the popular movements, in their struggle for the hegemony of the State at the present time. In addition to notions of popular movements, we present an approach socioterritorial, based on the concept of territory of geography to enrich the reading on the potential of the emancipatory actions of the movements before the voracious territorial dispute generated by the capitalist logic and potentiated by globalization.

Key words: Socioterritorial movements; classes; popular movements; territory; territorial dispute.

¹ Este artigo compreende parte dos trabalhos projeto “*Desenvolvimento Territorial Rural na Argentina e no Brasil: um estudo comparativo sobre a participação dos movimentos socioterritoriais e o agronegócio*” realizado entre pesquisadores da Unesp/FCT e da UNC – Universidad Nacional de Córdoba (Argentina), financiada pela Capes – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Este trabalho conta também com financiamento de bolsas de doutorado da FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – e do Conicet – Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnica.

Los movimientos socioterritoriales: entre las clases y los movimientos populares

Resumen

Realizamos una reflexión sobre los movimientos socioterritoriales con la finalidad de rescatar y destacar la importancia de la lectura sobre las clases sociales, los movimientos populares y el territorio, tanto para comprenderlos con mayor profundidad como para discutir y proponer acciones y estrategias emancipatorias en la actualidad. Mediante la dinámica de conflictos engendrados por los imperativos de la sociedad del capital, consideramos la lectura gramsciana sobre la categorización de las clases subalternas un punto de partida imprescindible para realizar el análisis sobre los movimientos populares, en su lucha por la hegemonía del Estado en la actualidad. Sumado a las concepciones de los movimientos populares, presentamos un abordaje socioterritorial, a partir del concepto de territorio de la geografía para enriquecer la lectura sobre el potencial de las acciones emancipatorias de los movimientos ante la voraz disputa territorial generada por la lógica capitalista y potencializada por la globalización.

Palabras clave: Movimientos socioterritoriales; clases; movimientos populares; territorio; disputa territorial.

Introdução

Como pensar a categorização das classes e os movimentos populares? Qual a importância do território para as lutas das classes subalternas e como os movimentos o incorporam em suas estratégias para luta e emancipação? Como e de que modo os movimentos devem traçar a resistência e a luta tendo o território como elemento essencial, sem se desvincular dos processos globais?

Frente a este amplo redoma de questões atuais, sobretudo, na luta dos movimentos populares na América Latina é que adentramos e suscitamos o debate com a finalidade de avançar territorialmente na construção de uma discussão política qualificada que possa efetivamente contribuir para as reflexões das classes subalternas e da dimensão territorial no desenvolvimento das lutas e resistência, especialmente na América Latina, cuja ocupação foi historicamente sedimentada através do conflito, opressão e exploração.

O conceito de território, a leitura gramsciana sobre as classes subalternas e a análise das lutas socioterritoriais servem de importante referência para desvelar a conflitualidade e a dimensão destrutiva engendrada pelas relações do modo de produção capitalista. Diante deste espiral histórico embotado de feições destrutivas expressadas na dimensão territorial é que pretendemos nos munir das reflexões apontadas para pensar e compreender as estratégias de luta e resistência dos movimentos.

Assim, este artigo, que se consiste em um ensaio reflexivo sobre os movimentos populares, está organizado em quatro partes. Na primeira parte, embasada na leitura gramsciana, apresentamos uma leitura sobre a composição da subjetividade das classes

populares. Na segunda parte, direcionamos nossa discussão para a constituição dos movimentos populares. Na terceira e quarta parte focamos na análise e discussão sobre os movimentos populares como movimentos socioterritoriais, partindo do território como elemento indispensável para se compreender as lutas emancipatórias, contra-hegemônicas e as resistências.

A subjetividade das classes populares

Existem classes populares ou classes subalternas, quando aparecem e de que forma se constituem como sujeitos políticos?

Quando pensamos na categorização das classes subalternas, um bom caminho é fazer referência a Gramsci, pois se remete a esta categoria para expressar as relações de dominação e não só de exploração que se instauram na história do capitalismo. Desta construção histórica da dominação, que adquire formas concretas dentro da sociedade e experiência da mesma, por parte dos sujeitos sociais que a padecem, é que podem brotar as lutas dos sujeitos políticos, que dão conta e tomam autoconsciência² da mesma para expressar suas lutas.

Gramsci elaborou esta compreensão nos Cadernos do Cárcere vinculando as formas próprias de dominação que não se expressam por meio da força, senão pelo consenso que se constrói dentro da *sociedade civil* a partir da *hegemonia* das instituições e das ideias dominantes que constituem a estruturação das práticas sociais e das formas de incorporá-las e naturalizá-las. É sabido que as classes subalternas estão integradas à sociedade civil e ao Estado³, mas que encontram-se periféricamente em uma condição subordinada, discriminada e desagregada. Este fato nos permite pensar que desde as margens da hegemonia, da totalidade social, pode brotar, em um processo histórico de

² Ruben Dri apontou de maneira precisa como os sujeitos e o poder se fazem e se constroem nas relações humanas: “*Éstos, para crearse, empeñan una lucha a muerte por el reconocimiento. Esta lucha genera poder. Generarse como sujeto es generar poder.*” (DRI, 2002); e para que os sujeitos se reconheçam necessitam por meio da vivência prática, da experiência, avançar no movimento da consciência e de sua luta, pois como aponta o autor: “*Se avanza de la conciencia a la autoconciencia, o de la conciencia en-sí a la conciencia para-sí, como dice Marx en la Miseria de la filosofía. El para-sí o nivel superior de la conciencia no es un agregado que viene de fuera. Es el en-sí que se supera en el para-sí. Este segundo momento, que en realidad es tercero, es decir, en-sí-para-sí, es una superación –Aufhebung– que sólo puede darse en el sujeto. Es éste que se supera en su totalidad*” (DRI, 2002).

³ Gramsci pensa no Estado a relação orgânica que se estabelece com a sociedade civil a través da hegemonia que conquistam nas classes dirigentes, onde se determinam as formas de dominação, orientação e controle da sociedade por parte das mesmas, à respeito diz Gramsci “*La unidad histórica de las clases dirigentes se realiza en el Estado y la historia de éstas es esencialmente la historia de los Estados y de los grupos de Estados. Pero no hay que creer que tal unidad sea puramente jurídica y política, aunque esta forma de unidad tenga su importancia y no solamente formal: la unidad fundamental, por su concreción, es el resultado de las relaciones orgánicas entre Estado o sociedad política y “sociedad civil”*” (Gramsci, 2011: 491). Mondonesi ressalta a importância eu tem não só no conceito de “sociedade civil”, na expressão da hegemonia, senão na sociedade política que conjuntamente com o conceito de sociedade civil, configuram a noção de Estado ampliado em Gramsci (Mondonesi, 2010).

quebras e cisões, formas de autonomia destas classes, as quais por sua vez para conquistar sua verdadeira autonomia tem que desenvolver uma luta pela hegemonia do Estado.

Esta concepção é respaldada por Gramsci na medida em que os grupos subalternos sofrem a iniciativa dos grupos dominantes ainda quando se rebelam e se insubordinam, só a vitória no controle hegemônico do Estado pode gerar uma ruptura total desta condição, o que também aparece em tensão para as transformações materializadas no tempo e pelo alarme de novas emergências das antigas relações sociais. Gramsci aponta ao relevar:

§ 2. Criterios metódicos. La historia de los grupos subalternos es necesariamente disgregada y episódica. Es indudable que, en la actividad histórica de estos grupos, hay una tendencia a la unificación aunque sea en planos provisionales, pero esta tendencia es continuamente quebrada por la iniciativa de los grupos dominantes y por lo tanto solo es posible mostrada su existencia cuando se ha consumado ya el ciclo histórico terminado, y siempre y que esa conclusión haya sido un éxito. Los grupos subalternos sufren siempre la iniciativa de los grupos dominantes, incluso cuando se rebelan y se levantan. En realidad, incluso cuando parecen victoriosos, los grupos subalternos se encuentran en una situación de alarma defensiva (está verdad puede probarse con la historia de la revolución francesa hasta 1830 por lo menos) (GRAMSCI, 2011, p. 493).

Este trecho expressa a dialética com a qual Gramsci pensava o problema, pois não se pode pensar que as ações individuais e coletivas sobre as que surgem o sujeito insurgente, que supera a condição de subordinação deixa de padecer esta condição de um momento para o outro, pois sua condição de subordinado não desaparece em um ponto zero. As ideias, os valores, os sentimentos, as práticas e as relações sociais de produção, que submetem aos sujeitos sociais só se transformam em um processo a partir das práxis, o que implica necessariamente na transformação processual das relações sociais de produção e na apropriação da natureza, assim como os modos de vida que encarnam os modos de pensar e de atuar⁴.

⁴ A partir de Marx e Engels em A Ideologia Alemã, se estabelecia de maneira clara como existia uma dialética entre os modos de produção e os modos de vida, no qual se determinam de maneira conjunta a consciência e os modos de existência. O mesmo Marx não faz mais que reafirmar esta forma de pensar própria de sua lógica dialética, o que aparece mais claro nas teses sobre Feuerbach, onde aponta “*La teoría materialista de la transformación de las circunstancias y de la educación, olvida que las circunstancias deben ser transformadas por el hombre y que el educador mismo debe ser educado. Esa teoría debe por eso escindir la sociedad en dos esferas, la una de ellas por encima de la otra. La coincidencia de la transformación de las circunstancias y de la actividad humana o auto-transformación (esto de la auto-transformación se suprime en la versión de Engels) puede sólo ser comprendida y concebida racionalmente como praxis revolucionaria*” (MARX citado por MESA, 2001: 92). Estas ideias são retomadas em sua obra central “O Capital”, quando destaca como o capitalismo se funda no misticismo, ideias e formas de ver o mundo (compreensão simbólica da realidade), que sustentam o modo de produção capitalista como algo próprio e natural. Isto aparece claramente no caráter fetichista da mercadoria (MARX, 2008: 87) na mistificação do capital (MARX, 1990: 93), e na apropriação da terra e a natureza como algo natural, o qual está marcado por relações irracionais, na fixação de preços sobre a mesma e sobre a natureza, a qual não tem preço e nem valor porque não é criada pelo trabalho humano (MARX, 1968: 802). Em relação ao anterior, Marx elabora uma saída a partir da ação consciente dos sujeitos que lutam quando

Conforme apontado por Modonesi, existe uma faixa de contato entre o pensamento de Gramsci (2011) e de Thompson (1989) na forma em que se dá o processo de insurgência dos sujeitos, pois *a consciência de classe ou a “classe-para-si”*, que não surge da noite para a manhã, nem muito menos igual em todos os tempos e momentos da mesma forma, requer uma mediação entre o ser social e a consciência social, mediação esta que determina a condição de atuar como sujeito subalterno em luta e disputa, esta é a *experiência*. A formação subjetiva, a gestação da consciência e as relações dadas, quem as incorporam, as pensam, as sentem e as disputam. Thompson diz quando aponta:

“Con este término los hombres y las mujeres retornan como sujetos: no como sujetos autónomos o “individuos libres”, sino como personas que experimentan las situaciones productivas y las relaciones dadas en que se encuentran en tanto que necesidades e intereses y en tanto que antagonismos, elaborando luego su experiencia dentro de las coordenadas de su conciencia y su cultura (otros dos términos excluidos por la práctica teórica) por las vías más complejas (vías, sí, “relativamente autónomas”), y actuando luego a su vez sobre su propia situación (a menudo, pero no siempre, a través de las estructuras de clase a ellos sobrevenidas) (THOMPSON, 1981: 253).

Esta experiência do sujeito subalterno surge de maneira espontânea das relações dadas que vivem os sujeitos, mas não sem pensamento, pois todo ato humano é objeto do mesmo⁵. Gramsci, fazendo uma historiografia dos movimentos das classes subalternas, tem como característica a espontaneidade, que contém de maneira embrionária, múltiplos elementos de “direção consciente”, mas que não conseguem ainda conter uma aposta como classe para si e por tanto disputar uma aposta social⁶. Modonesi (2010) aponta que na

aponta: *“El reflejo religioso del mundo real únicamente podrá desvanecerse cuando las circunstancias de la vida práctica, cotidiana, representan para los hombres, día a día, relaciones diáfanas racionales, entre ellos y con la naturaleza. La figura del proceso social de vida, esto es, del proceso material de producción, sólo perderá su místico velo neblinoso, cuando, como producto de hombres libremente asociados, estos la hayan sometido a su control planificado y consciente. Para ello, sin embargo, se requiere una base material de la sociedad o una serie de condiciones materiales de existencia, que son, a su vez, ellas mismas, el producto natural de una prolongada y penosa historia evolutiva” (MARX, 2008: 97).* É claro que o reflexo religioso se refere no contexto de um lado, *“el carácter fetichista de la mercancía y su secreto”*, à possibilidade de superar as ideias e valores que reproduzem o capitalismo, como modo de existência social e como cultura. Infelizmente esta relação dialética tem sido desatendida, o que tem dado origem a um grande debate fundamentado na metáfora de *“infraestructura”* e *“supraestructura”*. Arico (2010) aponta que estes elementos expostos por Marx nos Grundrisse, não são categorias conceituais, senão uma metáfora, destinada a ilustrar um feito, diz o autor: *“Al tomar la metáfora de “supraestructura” como una explicación científica, los marxistas por ejemplo, convirtieron a una figura literaria destinada a ilustrar un hecho, en un principio explicatorio del mismo. Sin quererlo volvieron al revés, “todo aquello que Marx se esforzó en poner de pie sobre la tierra”. Y de este modo, Marx fue convertido en un ideólogo”.* (ARICO, 2010:150). Concordamos com a as apreciações de Arico, sobretudo, quando se trata de um pensador sistêmico como Marx, se estes elementos metafóricos não foram tais, senão categorias conceituais estariam em várias separadas de sua obra e não só em uma só *“página de lós borradores”*. Sobre esta noção se estabeleceu os distintos tipos de estruturalismo em que o economicismo e o determinismo abandonaram a dialética dos processos sociais.

⁵ *La experiencia surge espontáneamente en el interior del ser social, pero no surge sin pensamiento [...]”.* (Thompson, 1981:19). Pensamento que contém as noções simbólicas e culturais dos sujeitos em disputa, pensamento que como temos indicado pode conter as ideias e valores hegemônicos.

⁶ Gramsci aponta quando diz: *“en el movimiento “más espontáneo” los elementos de “dirección consciente” son simplemente incontrolables, no han dejado ningún documento verificable. Puede decirse que el elemento de*

medida em que a experiência seja pensada e os elementos de consciência sejam fortalecidos na prática pelos setores subalternos conquistado no processo de autonomia, as ações se farão cada vez menos espontâneas e, portanto, na aposta pela hegemonia do todo social, onde a autonomia pode ser certa. Em síntese, no processo histórico de sua luta Gramsci pensou a autonomia em um primeiro momento através dos “consejos obreros” quando estes tomaram as fábricas e neste exercício transformavam as relações sociais de produção, mas após a derrota dos “consejos” seu conceito de autonomia tomava uma coloração mais robusta ao pensar a autonomia na capacidade que tem as classes subalternas para fazer-se com a hegemonia (GRAMSCI, 1921, citado por MODONESI, 2010).

Das classes subalternas às classes populares

Um esforço que trata de evitar a noção unívoca do conceito de classe⁷ e que pretende ampliar este vinculando-o com os setores populares é aproximar o conceito da noção de popular. Esta concepção nos permite poder compreender as relações que se geram nas posições sociais determinadas pela estruturação da sociedade de classes e a ação que desenvolvem os setores populares. Em síntese esta é a proposta de Leopoldo Múnera, pois, desde modo realizaríamos poderíamos realizar uma mediação entre o estruturalismo marxista de Poulantzas e a teoria da ação de Touraine.

Ademais, o autor realiza uma crítica a Poulantzas advertindo que nesta perspectiva marxista somente as resistências abertas que implicam conflitos e contradições, próprio da luta de classes que surge do antagonismo entre as classes, definiria o tipo de ação exitosa, assim o conceito de classe seria reduzido à determinação da posição no sistema de produção e à práxis conflitiva e contraditória com a classe oposta. Com o qual a ação fica reduzida a um tipo normativo, próprio do tipo ideal prático weberiano, restringindo tudo a um *devoir* da ação revolucionária correta, a qual se converteria na única ação de classe, que ademais teria um tipo de ator coletivo (o partido do proletariado) que no *devoir*, levará adiante as lutas⁸.

espontaneidad es, por ello, característico de la “historia de las clases subalternas” e incluso de los elementos más marginales y periféricos de estas clases, que no han alcanzado la conciencia de clase “por sí misma” y que por ello no sospechan que su historia pueda tener alguna importancia y que tenga algún valor dejar rastros documentales de ella. existe pues una “multiplicidad” de elementos de “dirección consciente” en estos movimientos, pero ninguno de ellos es predominante, o sobrepasa el nivel de la “ciencia popular” de un determinado estrato social, del “sentido común”, o sea de la concepción del mundo (tradicional) de aquel determinado estrato.” (Gramsci, 2011:309).

⁷ Que faz referência à ideia das duas classes antagonônicas em que estaria circunscrita a contradição capital-trabalho e, portanto, a luta de classes que configuraria a história universal.

⁸ Múnera realiza sua crítica apontando os problemas lógicos no Estruturalismo de Poulantzas, quem impunha aos feitos reais da sociedade, é dizer aos feitos históricos, uma teoria que se superpõe fazendo uma

Contudo, como temos apontado no processo de constituição das classes subordinadas no capitalismo, estas incorporam as estruturas da dominação na experiência, assim como resistências diversas produto do processo de assimilação do ser subordinado e do processo de insurgência, razão pela qual os antagonismos tem diversas expressões e ações de acordo com a maturidade da consciência coletiva e autoconsciência da experiência de vida, razão pela qual concordamos com Múnera que podem fazer “*sometimientos pasivos, colaboraciones activas, resistencias no organizadas, resistencias invisibles o mimetizadas, o resistencias abiertas que implican el conflicto o la contradicción*” (MUNERA, 1998: 73).

Por outro lado ressalta Touraine que “*El concepto de movimiento social debe reemplazar el de clase social, así como el análisis de la acción debe ocupar el lugar del análisis de las situaciones*” (TOURAINÉ 1994, p. 240). Pondo a ênfase na necessidade de ler os atores, que modificam o todo social e material, para deixar de lado a noção histórica dos sujeitos, circunscritos à classe, que não permite uma compreensão da realidade total segundo o autor.

O autor centra a ação coletiva, como elemento subjetivo que tem uma correlação com a classe *para si*, nos movimentos sociais e tem como elementos objetivos, em um em si, o sentido da história através do seu controle e orientação, onde se põe manifesto novamente o devir, partindo da ideia de que Touraine, como aponta Múnera (1988), deixa de lado a contradição inerente ao processo de acumulação das classes e centra sua direção e orientação da historicidade, que implica a gestão e realização do modelo cultural.

A proposta que Múnera desenvolve-se a partir da crítica às teorias em menção, fundamentando-se em manter a centralidade da classe para compreender a estruturação da

suprahistória, na qual existe uma teleologia determinada, na qual a *clase em si*, teria uma classe *para si*, representada no partido que encarna o adequado *para si* da classe proletária. Diante desta crítica, que compartilhamos, não se pode ser desejada as noções do para si e o em si como momentos próprios da lógica dialética, como temos apontado, para dar conta no *em si* das situações objetivas nas que se encontram inscritos os sujeitos sociais e no *para si* como a forma em que a consciência assimila em um movimento dialético as condições vividas pelos sujeitos, que podem ser pensadas e transformadas por meio da ação, o que implica os três momentos da consciência descritos, onde o *em-si*, em primeiro momento, também existe uma apropriação da experiência de vida, pela que consciência não vem dada nunca de fora. O que resulta da reflexão de Múnera releva, é ter a precaução de não impor de ante-mão um movimento lógico aos feitos, para forçar-los a entrar em uma teoria dada, senão dar conta da realidade concreta, para a partir da lógica e do pensamento dialético, que encontram a unidade das múltiplas contradições e singularidades, construir uma teoria da realidade, partindo da mesma sem falseá-la, e explicar seu movimento no concreto pensado a partir da abstração que encontra os vínculos e relações das singularidades da realidade. Desta ordenação e revelação que nos permitem impulsionar a ação da ação consciente, a práxis dos sujeitos. A teleologia da história, assumida pelo movimento socialista, onde existe uma evolução das sociedades, em que cada uma parte do anterior, em um esquema unilinear que conduz inexoravelmente ao socialismo, não só contradiz os pressupostos de Marx, quem chama a atenção na necessidade de observar o processo de construção teórica do concreto e a materialidade dos feitos (MARX, 1982), - processo mediante o qual estudo da *cuestión Irlandesa* conseguiu desenvolver o feito da descontinuidade e desigualdade histórica como característica própria do capital, como bem aponta Aricó (2010: 131)- senão que, ademais converteu no livro do Capital “...*en los países atrasados en el libro de los burgueses, es decir, en el fundamento más sólido para la aceptación de la necesidad y progresividad del capitalismo tal como se configuró concretamente en Europa Occidental*”. (ARICÓ, 2010:115).

sociedade, mas sem determinar de antemão o sentido da ação. As classes para ele estariam determinadas por:

“la posición de los agentes sociales en la relación social con la naturaleza; es decir, en el proceso de producción, en la relación de dominación subordinación que la conforma y en el conjunto de orientaciones culturales que se generan en su interior”. (MÚNERA, 1998:76).

Destaca-se que a prioridade nesta posição da classe estaria fazendo referência de maneira fundamental à relação de poder e não ao da propriedade privada dos meios de produção social. Relação de poder que exercem os capitalistas e os administradores do Capital no marco do Estado sobre o conjunto da sociedade. O adjetivo popular, que obedece ao conceito do povo (*demos*), é retomado pelo autor a partir o anarquismo, e estaria falando do conjunto de setores da sociedade que sofrem algum tipo de dominação (econômica, cultural, gênero ou política). Sobre esta consideração aponta o autor que os setores que não são subordinados e explorados, ou seja, os que não se encontram circunscritos e, portanto, configurados no horizonte da posição de classe, senão que são dominados no conjunto das relações sociais estariam englobados na noção de popular e, portanto, fariam parte das classes populares. Assim, as minorias étnicas, as mulheres em sua luta contra o patriarcado e os estudantes fariam parte do povo.

Sobre as considerações de Múnera se evidenciam dois problemas conceituais de sua proposta teórica em relação ao exposto na noção de classe subordinada retomada de Gramsci. A primeira, é que o autor não aponta de onde fala para retomar a concepção da subordinação e por isso esta fica limitada, o que em Gramsci seriam as classes instrumentais e produtivas, por esta razão desconhece as implicações do conceito de subordinação que temos desenvolvido, que engloba as distintas formas de dominação que se constroem no capitalismo e para nossas sociedades no capitalismo dependente. A segunda é que a noção de popular não se limita à ideia de dominação e requer uma análise das relações históricas nas quais se estabelecem as relações e os vínculos entre a desapropriação, a exploração e a dominação, assim como as formações culturais dos diversos grupos da classe subalterna, com as diversas respostas, submissões e ações dos setores subalternos.

É necessário observar a forma em que o capitalismo dependente latino-americano, surgido do colonialismo desapropriador e da acumulação pela despossessão dos indígenas e negros, configura a luta destes grupos subalternos. Pois perante o colonialismo (que utilizou como fonte de legitimação a superioridade racial em seu momento e hoje o

neocolonialismo que usa a metáfora do *desenvolvimento*⁹ como discurso de dominação e legitimação ao que se devem acolher todas as comunidades ancestrais), as comunidades lutam a partir de uma ideia de autoreconhecimento da autoridade ancestral, o que conduz a uma luta pela autonomia e controle do território¹⁰, tendo como parâmetros os planos de vida para o “Buen vivir” ou a noção de mandatos populares, a partir de onde se configuram as apostas nos territórios e contra o Estado, sendo esta uma autonomia em formação, pois a verdadeira autonomia, como tem sido apontada só pode existir a partir do controle do Estado.

As comunidades Indígenas e Negras, entre outras, são classes subalternas produtivas ou instrumentais, na medida em que estas se comportam como produtoras de alimentos e bens agrícolas, muitas delas compartilham características próprias de economias camponesas, as quais estão subsumidas formalmente no capital, gerando alimentos baratos, pressionando no conjunto da população na determinação dos salários pagos a “destajo”, permitindo a reprodução da força de trabalho vivo, que não é paga pelo capital, mas que garante força de trabalho para ele mesmo. Vivem também em territórios onde hoje o capital quer avançar para acumular a partir da desapropriação das comunidades.

Do mesmo modo, a luta das mulheres contra o patriarcado enraizado em todas as relações sociais estruturadas a partir da família e na sociedade, não aparece de maneira isolada, pois tem um papel central nas relações de reprodução da força de trabalho vivo e relações que se configuram na sociedade em seu conjunto para o desenvolvimento da eficácia hegemônica.

Por estas razões, não se pode encontrar em uma condição de povo dominado simplesmente, necessitam ser estudados nas diversas relações que aparecem no interior da noção de *classe popular*, em sua configuração histórica, analisando os vínculos entre a expropriação, a dominação, a exploração, as formações culturais e tradições, as respostas de submissão, e “*colaborações ativas, resistências não organizadas, resistências invisíveis*

⁹ A categoria de desenvolvimento que aparece em Marx, a qual contém uma noção dialética própria do pensamento de Hegel, que implica em um desenvolvimento a partir das contradições, é muito distante do conceito de desenvolvimento da sociedade no ocidente, que vê no crescimento econômico, a fonte do melhoramento dos diversos componentes da qualidade de vida (construída e mediada pelas construções hegemônicas), sem contradições, disputas e conflitos.

¹⁰ Estas lutas enfrentam seus próprios desafios contra o capital, como a disputa pela legitimidade das leis próprias na oposição às do Estado, sabendo que se encontram imersos no Estado que os protegem desde 1991, peça larga luta que tem feito. Mas enquanto os limita e os restringe sua autoridade no menor dos casos, ou os governos as violam negando os princípios constitucionais, que foi outorgado a esses povos. Outro desafio em luta destes povos é contra o mercado, contra os circuitos legais e ilegais de negócios que se tecem nos territórios das comunidades indígenas e negras, que limita sua autoridade e que põe as fontes de vida dos territórios em função do capital e limita o controle das comunidades. Sem embargo, a maior problemática a que assistem é a conformação de uma ideologia étnica (CARDOSO, 1992) que conduz a disputas entre os mesmos setores populares.

ou *mimetizadas, ou resistências abertas*”, conquistas de autonomias parciais e lutas revolucionárias, ou seja, lutas pela hegemonia do Estado.

O por que dos movimentos populares

Atualmente, a concepção de sujeito popular contido nas lutas populares tem sido muito bem vinda nas lutas dos *movimentos sociais*, que de maneira indistinta realizam suas apostas dentro dos marcos da democracia e que transformam a cultura política ao transformar as práticas políticas¹¹, onde rapidamente se abandona a concepção de classe para compreender a estruturação e a estrutura da sociedade. O anterior pode ser explicado a partir das elaborações teóricas que emergem em Touraine.

Touraine enfatiza a necessidade de ler os atores, que modificam o todo social e material, para deixar de lado a noção histórica dos sujeitos, circunscritos à classe, que não permite uma compreensão da realidade total. Adverte o autor desta forma, o empobrecimento da categoria de classe para compreender o campo das lutas sociais. Embora a categoria tenha sido empobrecida nas interpretações de Marx e em um marxismo reducionista, como tem sido apontado, não podemos deixar de lado a forma em que se estrutura e opera a sociedade, a qual está constituída por classes em sua condição em si. Por tal razão continua latente a ideia de um projeto emancipatório na noção de classe, que para além de cada momento social em particular, permite entender as solidariedades possíveis de um sujeito popular, suas utopias e seu lugar na história que se constrói.

Se nos determos na categoria de movimentos sociais de Touraine, como nos sugere Múnera (1998), podemos denotar três incongruências de sua teoria da ação: 1 – articulação para a luta estrutural não pode ser determinada a *priori* pelos movimentos sociais, dada a heterogeneidade e fragmentação das classes populares, o que implica que a articulação demanda um encontro entre posições diferentes para a unidade de ação; 2 – a ação coletiva em si mesma não é portadora da acumulação e a produção de modelos de conhecimento e culturais dado o papel determinante destas classes sociais; 3 – ao colocar os movimentos como sujeitos privilegiados da história o autor mescla elementos de análises

¹¹Esta perspectiva é apresentada em Alvarez, Dagnino e Escobar, que sustentam que os movimentos sociais põem em marcha uma política cultural ao desafiar as fronteiras do político, ao subverter as tradições dadas do sistema político, representado no poder estatal as instituições formais e os partidos. Assim, transgridem as concepções reducionistas da política, cultura política, cidadania e democracia, que se mantêm nas abordagens da ciência política tradicional, como das abordagens que enfatizam na mobilização de recursos e processo políticos. Isto é reafirmado quando apontam: “...*los discursos y las prácticas de los movimientos sociales pueden desestabilizar y así –por lo menos parcialmente- transformar los discursos dominantes y las prácticas excluyentes de la “democracia [latinoamericana] realmente existente”*”. (ALVAREZ, ESCOBAR & DAGNINO, 2000, p. 30).

com elementos projetivos, restando-lhe capacidade analítica aos mesmos e pondo a ênfase nas apostas ideológicas.

Por tais razões, Múnere sugere a ideia de ler as lutas de classes populares em fundamentalmente em forma de movimento popular, com o fim de analisar a articulação das ações individuais e coletivas das classes populares, como tem sido destacado previamente de maneira crítica. Ao localizar a análise nos movimentos populares, ancorados nas classes populares, a categoria povo fica subsumida na de classe, conservando a relação central que se constituem dentro das classes sociais, articulando a exploração e as outras formas de dominação do capital em um processo histórico, integrando ao povo e aos subordinados a partir uma perspectiva gramsciana, onde os grupos subordinados lutam por sua autonomia e a conquista da hegemonia.

Sobre a ideia dos movimentos sociais latino-americanos, distanciados das discussões de classe e a importância de compreender-las no processo articulado das diversas formas que adquire as lutas sociais, se tem configurado diversos discursos, um deles expostos pelo marxismo, que buscam valorizar a diversidade dos sujeitos, mas que por sua vez aumenta e fragmenta a solidariedade entre a diversidade de movimentos e apostas. Assim no neoliberalismo da América Latina, a classe dominante tem ampliado e unificado enquanto as classes populares se deterioram e se fragmentam por suas forças de mercado e do Estado, desta forma estes discursos terminam sendo cúmplices do capital ao reivindicar a alteridade, sem uma aposta clara sobre a disputa do poder, tendendo a dispersar as forças e as possibilidades de transformação (VILA, 1995).

A leitura das culturas políticas alternativas, que surgem de compreender os movimentos populares conforme movimentos sociais, que se expressam na transformação cultural da política, interpreta que a democracia latino-americana é desordenada, transcendendo as hierarquias de classe, raça e gênero. Sem dúvida, esta leitura carece da concepção política dos próprios movimentos sociais, que não se conformam com a ampliação da democracia, que os vincula marginalmente, e reivindicam uma disputa pela hegemonia – no sentido gramsciano – e a construção de um socialismo latino-americano que se pode observar nas apostas do MST e nas lutas na Bolívia.

As articulações dos movimentos populares na Colômbia é a forma em que se expressam as apostas e os vínculos das lutas de classes populares no período atual, reconhecendo que tem encontros com movimentos políticos que tem sua disputa na aposta eleitoral e na conquista de espaços dentro do Estado, para incidir na política pública.

Na conjuntura atual os movimentos populares interpelam os grupos insurgentes e ao Estado a partir das propostas de paz, que tem promovido como forma de para a guerra, promover a justiça social e garantir a defesa dos territórios, utilizando plataformas de

convergência, como a *rota social comum para a paz*, para a construção da paz e participar dos espaços de diálogos entre o governo e a insurgência, a quem se tem solicitado que cessem até chegar a um acordo; que vinculem ao ELN e ao EPL; e que a sociedade em seu conjunto possa participar dos diálogos de maneira decisiva.

Os movimentos populares como movimentos socioterritoriais

Para poder expressar como os movimentos populares participam em lutas territoriais e se constituem como movimentos socioterritoriais, segundo o indicado por autores da geografia brasileira (FERNANDES, 2005; SOBREIRO FILHO, 2013; PEDON, 2009) é necessário, antes, definir como o território está marcado por um processo conflituoso, onde se expressam os movimentos populares. Esta conflitualidade faz referência às diversas formas de apropriação e uso que fazem do território os sujeitos que o constituem em um processo histórico. Compreender a conflitualidade parte de entender as contradições e desigualdades que se configuram no sistema social dominante e o modelo de desenvolvimento que se promove a partir os centros de poder.

Ao nos ater ao conceito de território, para compreender sua conflitualidade, se adverte que este conceito é polissêmico não só pelo seu amplo uso das ciências sociais ou humanas, com olhares e perspectivas diferentes, as quais enfocam em diversos aspectos e realizam leituras distintas, sem existir em muitas das produções diálogo sobre as elaborações de Haesbart (2004), sobretudo, se tiver em conta as perspectivas que se tem construído a partir dos governos na elaboração de políticas. Entre os elementos que aparecem em questão se observam os conceitos referidos às relações humanas em construção do território, sua função vital na reprodução social e demais relações, tais como os sistemas sociopolíticos, produtivos, formas de controle, entre outros.

Este amplo uso também tem bases na materialização e na imaterialidade das lutas sociais e, portanto, da luta de classes, cuja uma das principais expressões é a disputa territorial travada tanto nas políticas públicas, com desdobramentos materiais, quanto na realidade com constantes processos conflituosos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização.

Apesar de o território, em uma concepção marcada pelo poder, ter parte significativa de sua definição embasada nas concepções de Maquiavel (SAQUET, 2009) e Friederich Ratzel (HAESBAERT, 2004), o conceito de território ganhou maior expressão na obra "Por uma Geografia do Poder" de Claude Raffestin em que o autor apresenta contribuições que vão definir o território como espaço com relações de poder:

"O território, nessa perspectiva, um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. O espaço é a "prisão original", o território é a prisão que os homens constroem para si" (RAFFESTIN, 1993, p. 46).

Sua contribuição avançou no sentido de realizar aportes sobre a compreensão das relações de poder. Contudo, sua concepção ainda é limitada por não vincular a multidimensionalidade do território discutida por Haesbaert (2004), Fernandes (2008, 2009) e Saquet (2009), a multiterritorialidade (HAESBAERT, 2004, FERNANDES, 2008; 2009), a tipologia de territórios e sua imaterialidade (FERNANDES, 2008). Se compreendermos as relações a partir de diversas escalas e as dimensões do território, podemos dar conta das disputas das comunidades que configuram a conflitualidade no local e no global, estando inscritas na história da construção do Estado Nação e, portanto, determinações das classes que a tem conduzido, as quais desde a época colonial na América Latina através da força da violência e da lei tem obrigado processos de desterritorialização e reterritorialização das comunidades.

É sabido que os distintos povos indígenas estavam assentados desde antes da chegada dos colonizadores espanhóis e portugueses, e estes mesmos povos se viram obrigados à mobilidade no território, além das comunidades negras e camponesas que foram se configurando no marco da história da colônia até os dias atuais, tem sido igualmente expropriadas e obrigadas a diversos processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização próprios do movimento conflituoso dos territórios (Fernandes, 2009), gestado desde a colonização e mantido no capitalismo.

O território é compreendido desde sua multiescalaridade e multidimensionalidade (Fernandes, 2008), assim as dimensões que o constituem lhe atribuem forma e conteúdo, e que partem das relações sociais construídas historicamente que o delimitam e estabelecem suas determinações. Aparece assim, como primeira dimensão, o poder, que define os lugares até onde chega o controle político no espaço e faz dele também um território, o que relaciona imediatamente a noção dos Estados Nacionais e suas fronteiras, assim como as lutas sociais e populares que se dão no seu próprio interior (desde as lutas contra os grupos dominantes, como as disputas entre os setores subordinados), o que determina a territorialização, a desterritorialização e a reterritorialização, tanto que é o poder que configura as determinações dos conflitos.

A segunda dimensão é a cultural, que implica na apropriação simbólica do território e, portanto, se refere à territorialidade que é promovida pela apropriação individual e social que realizam simbolicamente os indivíduos, as comunidades e a sociedade em seu conjunto, expressadas em práticas sociais, o que configura identidades do ser social e as formas de estar e de ser dos sujeitos. A terceira dimensão é a produção que se relaciona

com a cosmovisão e construção cultural que se tem sobre a natureza ecossistêmica do território e que vincula formas de organização do trabalho, técnicas, tecnologias e saberes, de igual forma se encontra delimitada pelas possibilidades materiais de efetuar o controle e acesso aos bens naturais pelo poder. A quarta dimensão é a natureza dos ecossistemas (ambiental), que em si mesma tem uma história biológica e uma gama de interações e de relações dos seres vivos ao seu interior, sobre a qual se desenvolve a história humana e, portanto, as diversas dimensões nas quais se apropria e utiliza a vida ecossistêmica. Esta última dimensão em sua apropriação é o que o se conhece como o campo ambiental, que resulta da interação entre cultura e natureza (MAYA, 1995).

A multiescalaridade nos remete ao local, regional e global, em uma configuração espaço-temporal, onde o território é definido e disputado no conflito entre os sujeitos que lutam pela sua determinação, onde se enfrentam diferentes visões no sistema econômico vigente, a noção do território como abrigo e refugio das comunidades e a noção do território como recurso. No processo de diversas comunidades que vivem e moram no território como refugio e abrigo, e as dinâmicas de controle e utilização do mesmo como recurso (HAESBAERT, 2004)¹², se faz evidente uma construção múltipla do território, uma dimensão multiterritorial (HAESBAERT, 2004; ZAMBRANO, 2001; RINCÓN, 2013), no marco do conflito pelo seu uso e ordenação. Sem dúvida, nesta multiterritorialidade a primazia do poder segue estando definida pelas disposições do Estado, que pode validar as determinações políticas a favor dos diversos grupos em conflitos, mantendo os privilégios legais dos grandes grupos econômicos.

Uma das principais apostas contra o capital, por parte das classes populares, são as apostas pela reconfiguração e disputa do território, o qual é assumido pelos movimentos populares em suas lutas, pela defesa de seu modo de vida, de suas identidades e sentimentos, da vontade de defender o que os constituem e lhes garantem sua reprodução no território como abrigo. Não obstante, não se limitam a espaços, locais ou regiões, senão na medida em que avançam os processos de autonomias relativas, avançam em propostas que lhes permita conquistar a real autonomia através da conquista da hegemonia no Estado. Por isso, se tecem articulações, solidariedades entre os diversos setores dos movimentos populares de diversas índoles, tais como: camponeses, indígenas, negros, movimentos

¹² À respeito Haesbaert aponta: “*La exclusión habilitante o las inclusiones extremadamente precarias a que las relaciones capitalistas relegaron la mayor parte de la humanidad hacen que muchos, en el lugar de partirse en múltiples territorios, divaguen en busca de uno, el más elemental territorio de la sobrevivencia cotidiana. Así, los múltiples territorios que nos envuelven incluyen esos territorios precarios que abrigan sin techos, sin tierras y así tantos grupos minoritarios que parecen no tener lugar en ningún desorden del “aglomerado humano” que, en medio de tantas redes, cada vez más estigmatiza y separa. Así, el sueño de la multiterritorialidad generalizada, de los “territorios-red” al contactar la humanidad entera, parte, más que nada, de la territorialidad mínima, abrigo y refugio, condición indispensable para, al mismo tiempo, estimular la individualidad y promover el convivio solidario de las multiplicidades de todos y de cada uno de nosotros*”. (HAESBAERT, 2004: 17).

urbanos e cívicos, de motoristas, de setores da saúde, entre outros¹³. Estes tecem solidariedades a níveis nacionais com a intenção de disputar apostas hegemônicas, invisibilizadas em noções como os *novos movimentos sociais* que lutam tão só pelas aberturas democráticas e a transformação das formas da cultura política e a política cultural, segundo esta interpretação.

Neste sentido, como parte da compreensão das lutas na geografia, nesta leitura dos movimentos, se cunhou o conceito de movimentos socioterritoriais. Durante a pesquisa de doutorado sobre a formação do MTS – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - no Brasil, Fernandes identificou e destacou o território como elemento essencial para o movimento. Assim, independentemente da abordagem sociológica, o conceito de movimento socioterritorial emergiu tendo como ponto de partida o espaço geográfico e, por tanto, também reconhecendo o território como o trunfo da existência dos movimentos. Isto foi desenvolvido em reflexões posteriores onde indica as justificativas referentes aos movimentos socioterritoriais, que ele considera como socioterritoriais produzem o território:

Do mesmo modo que alguns movimentos transformam espaços em territórios, também se territorializam e são desterritorializados e se reterritorializam e carregam consigo suas territorialidades, suas identidades territoriais constituindo uma pluriterritorialidade. A transformação do espaço em território acontece por meio da conflitualidade, definida pelo estado permanente de conflitos no enfrentamento entre as forças políticas que procuram criar, conquistar e controlar seus territórios. A criação ou conquista de um território pode acontecer com a desterritorialização e com a reterritorialização. Os territórios se movimentam também pela conflitualidade. O território é espaço de vida e morte, de liberdade e de resistência. Por essa razão, carrega em si sua identidade, que expressa sua territorialidade (FERNANDES, 2005, p. 30).

Martim (1997) também realizou uma contribuição para a leitura dos movimentos socioterritoriais destacando a importância das ferramentas da Geografia para entender assim, os processos ocorridos no espaço. Pedon (2009) realizou um aporte ao debate na realização de uma leitura retrospectiva sobre a contribuição da Geografia no conceito, como na leitura dos movimentos atuais. Sobreiro Filho (2013) também avança afirmando o conceito e esclarecendo suas potencialidades, as diferenças em relação com o conceito de

¹³ Na Colômbia, a articulação dos diversos setores vem se expressando nos movimentos populares, reconhecendo a diversidade de sujeitos desde o Mandato Agrário de 2003 e sua confluência tem levado a diversas plataformas organizativas construídas no “caminhar de la palabra” da *Minga Nacional de Resistência Comunitária*, que conduziu à conformação do Congresso de lós Pueblos e nos Cabildos Abiertos da Marcha Patriótica. Processos que conduziram conjuntamente com os setores da saúde e de transportadores ao *paro nacional agrário y popular* que se prolongou por 24 dias e de onde uma das demandas centrais é a territorialidade camponesa, em parte conquistada na constituição de 1991 por indígenas e comunidades negras. Do mesmo modo, se expressam a articulação de organizações na *Ruta Social Común para la Paz*. No processo de paz se fazem evidente as confluência de movimentos, insurgências e partidos como formas organizativas das classes populares, formas que configuram o campo popular e que na Colômbia hoje confluem no marco da paz, disputando com a classe dirigente a possibilidade de abrir espaços democráticos e o fortalecimento do Estado para acabar com a impunidade e a barbárie da guerra, reconhecendo que o caminho pela hegemonia está em trânsito e o que se abre com a paz é a possibilidade de exercer apostas contrahegemônicas.

movimentos sociais e as respectivas estruturas e especificidades epistemológicas da Geografia e da Sociologia, esboçando uma tipologia de movimentos socioterritoriais.

Os problemas apresentados anteriormente na argumentação de movimentos sociais e na construção da noção do sujeito popular, que se constitui a partir de sua construção como classe e como movimento, interpelada pela Geografia, centra seu esforço na compreensão do processo de como os movimentos produzem o espaço e o território aos quais denomina socioterritoriais. Ou seja, realiza uma leitura única com a finalidade de centrar a atenção na totalidade do(s) território(s) e visando superar a fragmentação da realidade produzida pelas diversas leituras da visão do social.

No entanto, o social não existe no vazio, só existe na produção de seus espaços de materialização, no ser e no estar, na construção múltipla das dimensões – já explicitadas – dos territórios em que se realiza a humanidade. O poder segue tendo uma forte determinação na multiterritorialidade, a qual determina a capacidade de definir as fronteiras materiais e imateriais do território, em que se dão os conflitos, pelo Estado, se configura como um dos elementos essenciais na disputa dentro da sociedade civil e a sociedade política para a configuração das hegemonias e formas de existir das comunidades e os povos dentro do Estado Nação.

Assim, as lutas dos movimentos tem que ter a possibilidade de serem lidas em sua ação, em sua práxis, na forma em que existe na realidade territorial dos Estados e das regiões, onde se articulam os setores dominados historicamente, os sujeitos subalternos que reconhecem a si mesmos, em sua consciência para si. Do mesmo modo, é necessário compreender conceitualmente o movimento no qual se articulam as classes dominantes, os centros de poder dentro do capital, como as dependências dos Estados subordinados, as acumulações, as crises, as desposseções. O que exige ver, na multiplicidade de territórios e as histórias das identidades, os elos em comum que permitem germinar as unidades e as hegemonias.

A disputa, de um lado pela existência/resistência/autonomia e de outro o avanço do capital globalizante, configura uma luta pelo território material e imaterial. Isto se expressa na conquista do território material, como se observa nos avanços da produção de *commodities* através da expropriação camponesa, dos povos indígenas, das comunidades negras; ou pelo contrario na desapropriação, dissolução do latifúndio e do agronegócio para a reconstrução do campesinato, como ocorre no Brasil e em algumas políticas de reforma agrária, ou no reconhecimento do território coletivo das comunidades negras e indígenas, processos de recuperação e liberação da terra de parte indígena e camponesa, e em declaração de zonas de reserva camponesa na Colômbia.

Compreender a questão do território para entender a disputa territorial atual é, portanto, observar a materialidade da luta das classes dominantes e populares, onde é importante, por ser um dos principais pontos de partida, também entender o significado dos Estados-Nação, sobretudo, diante da voracidade do capital globalizante que cada vez mais tem reduzido as fronteiras e a soberania nacional, sem deixar de lado, a conformação de alianças regionais e de disputas imperiais, com novas conotações como a acumulação por despossessão (HARVEY, 2004, 2011), a pesar de que cronicamente o capital depende do Estado (MESZAROS, 2002). O capital em sua lógica globalizante segue atacando e rompendo formações territoriais, o que ocorre por conta da atual conjuntura de encolhimento das funções dos Estados a serviço do capital e da consequente subordinação dos territórios do mesmo, o que expressa a perda de seu poder, implicando em uma redução das possibilidades de regulações exercidas da sociedade civil e política.

Este contexto caótico está composto por um quadro dialético produzido pela crise estrutural do capital e, conseqüentemente, por suas respectivas limitações crônicas e de dependência do Estado, que encontra na expansão territorial para produção de mercados e consumidores que são suas principais formas de postergar novos cenários caóticos. Conseqüentemente, a necessidade metabólica socioterritorial do capital desenvolvida aos auspícios do discurso globalizante e do Estado regido pela lógica neoliberal denota, por sua vez, a debilidade da soberania do Estado atual, o que determina a subordinação territorial ao capital.

Santos (2001) nos apresenta três ponderações sobre a globalização, que contribui para entender o discurso, a realidade e a possibilidade da globalização. Como parte das necessidades evolutivas do capitalismo, a globalização aparece como fábula, como perversidade, e como pode ser. A primeira está fundamentada na construção estabelecida pelos dispositivos de comunicação nos quais se destaca a formação de um padrão cultural e também de consumo, no qual se gesta um suposto “acesso” ao global a partir do local, entre outros supostos benefícios. A segunda destaca a forma do mundo tal como é, ou seja, que mostra todas as contradições produzidas pelo capitalismo, e a terceira apresenta a ideia de outra globalização possível.

Pensar esta contribuição de Santos (2001) sobre a globalização é importante, porque nos apresenta a realidade falseada, a realidade em sua fase mais perversa e o mundo de possibilidades. Neste sentido, encontramos os movimentos populares que lutam pelo território como um sujeito político que teme em suas apostas a disputa da fábula da globalização, evidenciando todas as contradições e mostrando-se como um produto destas, com o potencial para construir novas formas de globalização, a partir das transformações construídas nos Estados Nacionais, partindo da multiplicidade territorial dos mesmos.

Diante de um sistema que dialeticamente vive da crise, em uma condição onde a ofensiva do capital se impõe em processos geográficos que significa constantes processos de territorialização, desterritorialização e subordinação territorial, alimentado ademais pela necessidade de uma expansão capitalista globalizante, o que se apresenta com maior força nos momentos de crises do capital, e em relação a suas respectivas limitações e dependência crônica em relação ao Estado, que resta como perspectiva?

Ao contrario do progresso do capitalismo e a “resolução” das crises por meio de medidas paliativas ofertadas pelo Estado democrático liberal, sobre os argumentos dos discursos globalizantes, diante do avanço da articulação/intercâmbio a luta de movimentos populares na América-Latina tem significados importantes na aposta por uma luta contra-hegemônica a partir da conquista e defesa de seus territórios.

Conscientes da desigualdade no desenvolvimento, do apoio de laços de poder entre o capital e o Estado, reconhecendo a constante atualização das formas de subordinação territorial ao capitalismo internacional e aos capitalistas, os movimentos populares latino-americanos tem criado ao longo das últimas décadas, formas de superar a subalternidade/dominação imposta pelos imperativos do capital. Conscientes das táticas encarniçadas e a voracidade do capital, estes movimentos populares que lutam pelo território, envolvidos com a velocidade da informação acelerada pela globalização, tem gestado atuações local-global e global-local, tendo apostas estratégicas diferentes para avançar e assegurar o território, no marco da relação dialética entre a autonomia relativa e a autonomia absoluta.

Em síntese, as apostas revolucionárias, para a transformação do sujeito subalterno na América-Latina se remetem necessariamente à relação do local e regional com o Estado-Nação. Onde se tem dado passos na articulação dos movimentos em um processo de qualificação. Neste sentido, mediante um intenso processo de territorialização e subordinação de espaços ao capital, o território é fonte de sublevação, elemento vital que permite a reprodução dos modos de vida, a partir de onde se amplifica a luta dos sujeitos populares pela autonomia (relativa/absoluta). O território se torna um elemento vital para os movimentos que lutam rumo a um processo emancipatório.

Conclusões

A constituição do sujeito popular surge das formas em que se configuram a consciência *para-sí*, a qual surge das experiências de submissões, resistências e lutas que encarnam os sujeitos. O *para-sí*, se desdobra de processos conscientes da insubordinação, o qual contem necessariamente o *em-sí*, as submissões passivas, colaborações ativas,

resistências invisíveis ou mimetizadas, de onde surge em um processo gradual da consciência coletiva das experiências sofridas, de onde se objetivam os sujeitos. Assim, se gestam as identidades e a construção de linguagens da luta de resistências abertas, lutas emancipatórias, onde se fazem evidentes os conflitos e as contradições a superar em uma aposta pela autonomia das classes subordinadas, populares organizadas em movimentos populares, partidos e grupos insurgentes.

Em suas apostas pela autonomia os movimentos populares se enfrentam necessariamente pela disputa da hegemonia ao interior do Estado e a sociedade civil, tanto que a história dos Estados está atravessada pela construção das classes dirigentes, quem por meio da hegemonia, do consenso que constroem por meio das instituições e as ideias dominantes, ganhando o domínio da sociedade civil, na qual se incorporam as práticas sociais e se naturalizam as mesmas, na estruturação da estrutura da sociedade.

Os Estados-Nação são determinantes nas configurações do território, tanto determinam as políticas, as imposições e as formas de controle e domínio ao interior do mesmo, reconhecendo que os mesmos se configuram em relação dialética aos mercados, os quais contem a forma em que se desenvolvem os modos de produção e os modos de vida. Quando os movimentos populares disputam sua insubordinação lutam por conquistar determinações materiais e imateriais, simbólicas e práticas sobre a determinação dos territórios em sua multidimensionalidade (cultural, política, produção, natureza) e multiescalar (local, regional, nacional e global), partindo das autonomias relativas, que se gestam a partir do local e do regional em uma aposta contra-hegemônica, espreitando a conquista da autonomia absoluta e a hegemonia no interior do Estado.

Na atualidade do sistema capitalismo no marco de seu processo de globalização neoliberal, a dinâmica conflitual dos territórios conduz a processo de luta pela vida, o reconhecimento, e a autonomia no marco de processos de reterritorialização, desterritorialização e reterritorialização. A partir destas disputas os movimentos na América-Latina desde sua resistência, gestam apostas por construir contra-hegemonias ao interior dos Estados.

Referências

- ALVAREZ, Sonia., DAGNINO, Evelina., ESCOBAR, Arturo. **Cultural e político nos movimentos sociais latino-americanos**. Novas leituras. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000. 538 p.
- ARICÓ, José. **Marx y América Latina**. Madrid: Fondo de Cultura Económica, 2010. 300 p.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. 1992. **Etnicidad y Estructura y Social**. México: Ediciones de la Casa Chata, 1992. 158 p.

DRI, Ruben. Debate sobre el poder en el movimiento popular. Buenos Aires, 2002. Disponible en: <http://www.herramienta.com.ar/debate-sobre-cambiar-el-mundo/debate-sobre-el-poder-en-el-movimiento-popular>. Acesso em: 9 jun. 2006.

FERNANDES, Bernardo. M. **Cuestión Agraria: Conflictualidad y Desarrollo territorial**. Cambridge: Havard University. 2004. Disponible en: <<http://web.ua.es/en/giecryal/documentos/documentos839/docs/bmfunesp-2.pdf>>. Acesso em: 08 jul. 2012.

_____. Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. BUAINAIN, A. M. (Ed.). **Luta pela Terra: Reforma Agrária e Gestão de Conflitos no Brasil**. Editora Unicamp: Campinas, 2009. p. 01-57.

_____. Entrando no território dos Territórios. In PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. **Campepinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 273-301.

_____. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista NERA**, Presidente Prudente: Unesp, ano 8, n. 6, p. 14 – 34, jan./jun. 2005.

_____. Sobre a tipologia de territórios. In. SAQUET, Aurélio Marcos; SPOSITO, Eliseu Savério. **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 197-215.

GRAMSCI, Antonio. **Antología Antonio Gramsci**. Buenos Aires: Siglo XXI editores, 2011. 544 p.

HAESBAERT, Rógerio. **O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2004. 400 p.

HARVEY, David. **O enigma do capital: e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011. 240 p.

_____. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2004. 201 p.

MARTIN, J. Y. **A geograficidade dos movimentos socioespaciais**. Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, v. 1, 2. n. 19, p. 26-40, nov. 1997.

MARX, Karl. **El Capital. Crítica de la economía política**. Libro primero. México: Siglo XXI editores, 2008. 381 p.

_____. **Libro 1, Capítulo VI inédito. Resultados del proceso inmediato de producción**. México: Siglo XXI Editores, 1990. 174 p.

_____. **El capital. Crítica de la economía política. Libro tercero. El proceso global de la producción capitalista**. México: Fondo de Cultura Económica, 1968.

MAYA, Angel. **El Reto de la Vida: Ecosistema y Cultura**. Una Introducción al estudio del Medio Ambiente. Bogotá: Ecofondo, 1995. 109 p.

MESA, Darío. Tesis sobre Feuerbach, Marx, K. Em: PÉREZ, Hesper (Edit.). **Ensayos sobre teoría sociológica (Durkheim, Weber y Marx)**. Bogotá. p. 79-105. Universidad Nacional de Colombia, 2002. p 79-105.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital: Rumo a uma teoria da transição**. 1ª edição. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002. 1102 p.

MODONESI Massimo. **Subalternidad, antagonismo y autonomía.** Marxismo y subjetivación política. Buenos Aires: Prometeo, UBA Sociales Publicaciones, FFyL UBA, CLACSO, 2010. 186 p.

MUNERA, Leopoldo. **Rupturas y continuidades:** poder y movimiento popular en Colombia 1968 – 1988. Bogotá: Cerec – Iepri UN, 1998. 502 p.

PEDON, N. R. **Movimentos Socioterritoriais:** Uma Contribuição Conceitual à Pesquisa Geográfica. 2009. 235 f. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder.** São Paulo: Ática, 1993. 270 p.

RINCÓN, Jhon. **Territorialidade e conflito entre indígenas e camponeses no departamento do Cauca, Colômbia. 1991- 2011.** 2013. 295 f. Dissertação (Mestrado em Ciências, Geografia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro UFRJ. 2013.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização.** São Paulo. Record. 2001. 176 p.

SAQUET, Marcos Aurélio. Por uma abordagem territorial. In. SAQUET, Aurélio Marcos; SPOSITO, Eliseu Savério. **Territórios e territorialidades:** teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 197-215

SOBREIRO FILHO, J. O. **Movimento em pedaços e os pedaços em movimento em pedaços:** Da ocupação do Pontal do Paranapanema à dissensão dos movimentos socioterritoriais camponeses. 2013. 546 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente.

THOMPSON, Edward. P. **Miseria de la teoría.** Barcelona: Crítica, 1981. 302 p.

THOMPSON, Edward. P. **La formación de la clase obrera en Inglaterra.** Barcelona: Crítica, 1989. 500 p.

TOURAINÉ, Alain. 1994. **Crítica de la Modernidad.** México: Fondo de CulturaEconómica, 1994. 391 p.

VILA, Carlos. Actores, sujetos, movimientos: ¿dónde quedaron las clases? **Revista sociológica.** México D.F., UAM, v. 10, n. 28, p. 61-89, Mai/Ago. 1995.

ZAMBRANO, Carlos. Territorios plurales. Cambio socio-político y gobernabilidad cultural. **Boletim Goiano de Geografia.** Goiás, Universidad Federal de Goiás, v. 21, n. 1, p. 9-49, Jan/Jul. 2001.

Recebido para publicação em 08 de março de 2015.

Devolvido para a revisão em 02 de março de 2015.

Aceito para a publicação em 10 de fevereiro de 2016.